

Empresas e Indústria

Ficha SBA de 2014

PORTUGAL



Resumo

As PME representam 79 % do emprego em Portugal e 66 % do valor acrescentado, valores consideravelmente superiores a outros países da UE. Em Portugal, mais de 95,4 % das empresas são microempresas, totalizando mais de 40 % do emprego do setor privado. Entre 2008 e 2013, perderam-se 350 000 postos de trabalho nas PME portuguesas, o que representa uma redução de 13,5 % da mão de obra total das PME relativamente a 2008. O valor acrescentado resultante, bem como o número total de PME também diminuiu, embora esta redução tenha sido muito menor. A economia portuguesa ainda não recuperou da crise, mas os modestos sinais de melhoria verificados nos últimos três trimestres de 2013 evidenciam uma perspectiva mais otimista. As projeções avançam uma recuperação moderada do crescimento do PIB em 2014 e 2015. No entanto, várias limitações estruturais continuarão a travar o potencial de crescimento da economia portuguesa no curto prazo. Trata-se, em particular, do elevado endividamento dos setores público e privado, da relativa falta de qualificações da população ativa e do desemprego de longa duração em alguns segmentos do mercado de trabalho.

O perfil SBA de Portugal manteve-se em linha com a média da UE em 2103. O empreendedorismo foi de longe a área do SBA que registou melhores resultados até à data, uma vez que a economia portuguesa caracteriza-se por uma intensa atividade empresarial de elevada qualidade, apoiada por uma cultura empresarial notavelmente positiva. No outro extremo da escala, as restrições no acesso ao financiamento e à contratação pública constituem um obstáculo significativo para o crescimento das pequenas empresas. Em 2013, o Governo introduziu políticas que ofereciam garantias e capital de risco às PME e tomou medidas em matéria de pagamentos em atraso, ajudando assim a resolver a escassez de financiamento na economia.

Acerca das Fichas Informativas SBA¹

O Small Business Act para a Europa (SBA) é uma iniciativa política emblemática da UE que visa apoiar as pequenas e médias empresas (PME). Abrange um conjunto de medidas políticas articuladas em torno de dez princípios, desde o empreendedorismo à capacidade de resposta dos serviços administrativos e à internacionalização. A fim de melhorar a implementação do SBA, a revisão de 2011 apelou a um melhor controlo. As fichas informativas SBA são publicadas anualmente e visam promover um maior conhecimento acerca das tendências recentes e políticas nacionais que afetam as PME.

1. PME em Portugal – Principais Dados

	Número de empresas			Número de empregados			Valor acrescentado		
	Portugal		UE-28	Portugal		UE-28	Portugal		UE-28
	Número	Quota	Quota	Número	Quota	Quota	Milhares de milhões de euros	Quota	Quota
Microempresas	739 555	95.4%	92.4%	1 230 990	42.8%	29.1%	15	22.4%	21.6%
Pequenas	30 732	4.0%	6.4%	588 424	20.4%	20.6%	15	22.6%	18.2%
Médias empresas	4 547	0.6%	1.0%	444 610	15.4%	17.2%	14	21.6%	18.3%
PME	774 834	99.9%	99.8%	2 264 024	78.7%	66.9%	44	66.5%	58.1%
Grandes empresas	722	0.1%	0.2%	613 790	21.3%	33.1%	22	33.5%	41.9%
Total	775 556	100.0%	100.0%	2 877 814	100.0%	100.0%	66	100.0%	100.0%

Estas são estimativas para 2013 elaboradas pela DIW Econ, com base nos números relativos a 2008-2011 da base de dados de estatísticas estruturais das empresas (Eurostat). Os dados abrangem a «economia empresarial», que inclui a indústria, a construção, o comércio e os serviços (secções B a J, L, M e N da Nace Rev. 2), mas não abrangem as empresas que operam nos setores da agricultura, silvicultura e pescas, nem os serviços maioritariamente não comerciais, como a educação e a saúde. A vantagem da utilização dos dados do Eurostat é que as estatísticas dos diferentes países foram harmonizadas e são comparáveis. A desvantagem é que, para alguns países, os dados podem ser diferentes dos publicados pelas autoridades nacionais.

As PME desempenham um papel mais importante na economia em Portugal do que em outros Estados-Membros da UE. Representam 79 % do emprego e 66,5 % do valor acrescentado, proporções que são consideravelmente maiores do que a média da UE. Para além disso, as microempresas constituem a grande maioria das empresas em Portugal: 95,4% do total, o que representa um peso relativotrês pontos percentuais acima da média da UE. Além disso, geram mais de 40 % dos empregos do setor privado. A maioria das PME opera no setor dos serviços, da indústria transformadora e do comércio, e em todos estes setores são responsáveis pela maioria dos postos de trabalho.

Portugal foi duramente atingido pela crise económica e pela crise subsequente da dívida pública. Após uma queda do PIB real de cerca de 3 % entre 2008 e 2009, registou-se um crescimento fraco do PIB real em 2010. O PIB voltou a cair em consequência do programa de ajustamento económico de Portugal e, em 2013, estava ainda 7 % abaixo do nível anterior à crise de 2008². À medida que Portugal se aproximava do final do programa de ajustamento na segunda metade de 2013, surgiram sinais de recuperação³. Não só o objetivo de alcançar um défice equivalente a 5,5 % do PIB foi realizado, como as expectativas foram ultrapassadas com a redução do défice para 4,9 %⁴. No segundo trimestre de 2013, e após 10 trimestres de recessão, a economia portuguesa cresceu, ainda

que ligeiramente, graças sobretudo a um aumento significativo das exportações e da procura interna.⁵

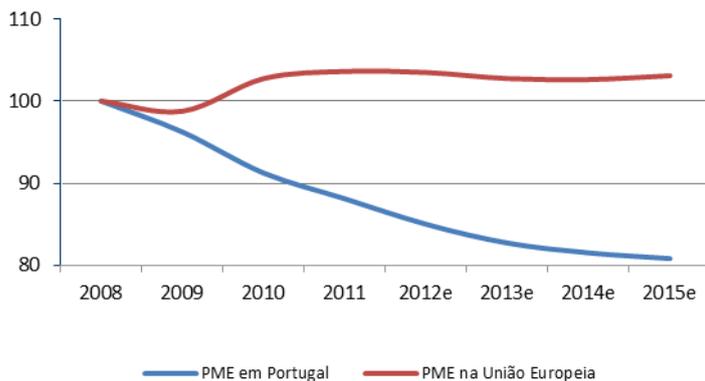
Contudo, a economia portuguesa ainda não recuperou da crise: o valor acrescentado e o emprego continuam a baixar, embora a um ritmo mais lento. Os dados disponíveis indicam que as PME e as empresas de maior dimensão são afetadas em graus semelhantes. Entre 2008 e 2013, o valor acrescentado gerado pelas PME diminuiu 11 % e o emprego quase 14 %, enquanto nas grandes empresas caíram ambos cerca de 10 %. As PME com recursos próprios limitados foram particularmente afetadas pelas restrições ao crédito e têm sofrido consideravelmente com esta situação. Além disso, as PME com pouca participação no comércio internacional foram gravemente afetadas pela contração do mercado único da UE e não puderam beneficiar de uma evolução mais positiva no exterior.

O desempenho dos vários setores tem variado. Captação, tratamento e distribuição de água, bem como os serviços de alojamento e restauração, cresceram. O valor acrescentado gerado pelas PME nos serviços de alojamento e restauração aumentou cerca de 20 % entre 2009 e 2013. Em parte, isto deve-se ao número elevado de iniciativas de autoemprego por parte de jovens empresários com boas competências de gestão, bem como aos esforços no combate à fraude e a evasão fiscais^{6,7}. Em contrapartida, entre 2009 e 2013, o valor acrescentado gerado no setor das atividades de

Tendências PME em Portugal¹³

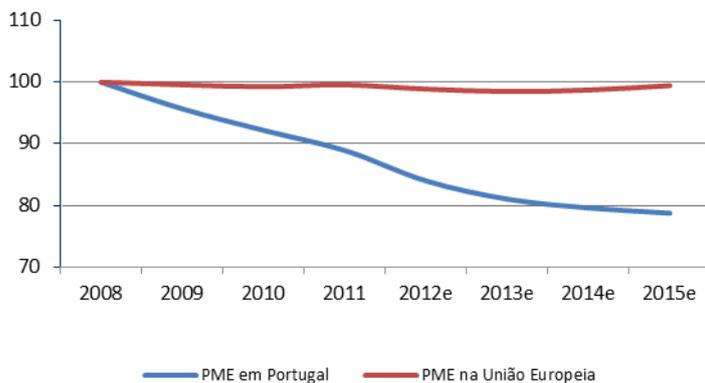
Número de PME

(Índice: 2008=100, estimativas de 2012 em diante)



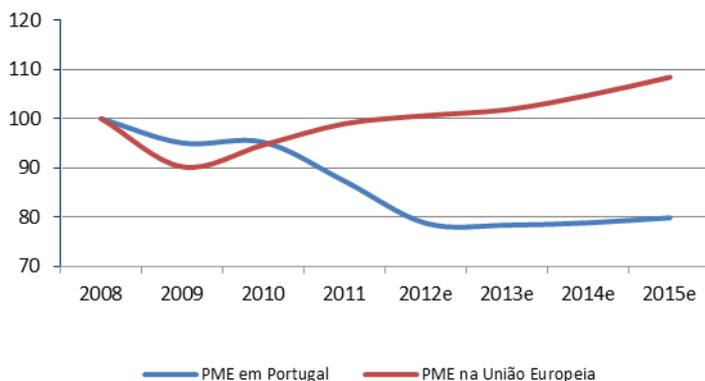
Emprego nas PME

(Índice: 2008=100, estimativas de 2012 em diante)



Valor acrescentado das PME

(Índice: 2008=100, estimativas de 2012 em diante)



informação e de comunicações, tanto pelas PME como pelas grandes empresas, caiu acentuadamente em cerca de 11 % devido a margens de exploração mais estreitas.

Apesar da conjuntura económica desfavorável para as PME em Portugal, em 2013 foram criadas 2,4 novas empresas por cada empresa encerrada⁸. O número de empresas criadas — 35 296 — foi 12,8 % mais elevado do que em 2012, e o crescimento verificou-se durante todo o ano e em todos os setores, excetuando o da eletricidade, gás e água. A maior parte das novas empresas foi criada nos serviços (quase um terço das novas empresas), no comércio (16 %) e no alojamento e restauração (11 %)⁹. O número de empresas encerradas diminuiu 20 %, para 14 504, voltando a níveis semelhantes aos anteriores ao resgate. Pela primeira vez, em cinco anos, verificou-se uma redução de 7,6 % no número de empresas que iniciaram processos de insolvência. O processo especial de revitalização de empresas implementado pelo Governo contribuiu para esta redução e beneficiou 985 empresas. Dois terços das empresas insolventes eram microempresas¹⁰. O setor da construção continuou a liderar o número de insolvências, com 1 087 encerramentos (20 % do total de 2013), seguido do comércio (18 %) e da indústria transformadora (17 %). Estes setores são mais dependentes da procura interna e, por conseguinte, mais afetados pela fraca dinâmica da economia portuguesa¹¹.

Apesar de Portugal ainda estar a atravessar uma crise profunda, os evidentes sinais de melhoria dos últimos três trimestres de 2013 apontam para uma perspetiva mais otimista. As atuais projeções indicam uma recuperação moderada, com um crescimento do PIB de 0,8 % em 2014 e de 1,3 % em 2015. Esta retoma será liderada pela recuperação no setor privado; a contração do setor público deverá continuar. No entanto, várias limitações estruturais continuarão a travar o potencial de crescimento da economia no curto prazo. Em especial, o elevado endividamento dos setores público e privado, a relativa falta de qualificações da população ativa e o desemprego de longa duração em alguns segmentos do mercado de trabalho.¹²

2. Perfil SBA de Portugal¹⁴



O perfil SBA de Portugal manteve-se em linha com a média da UE em 2013. O empreendedorismo foi de longe a área do SBA que registou melhores resultados até à data, uma vez que a economia portuguesa se caracteriza por uma intensa atividade empresarial e de elevada qualidade, apoiada por uma cultura empresarial bastante positiva. No outro extremo da escala, as restrições no acesso ao financiamento e à contratação pública constituem um obstáculo significativo para o crescimento das pequenas empresas. Em 2013, o Governo introduziu políticas que ofereciam garantias e capital de risco às PME e tomou medidas em matéria de pagamentos em atraso, ajudando assim a resolver a escassez de financiamento na economia. Foram igualmente aplicadas medidas com incidência na capacidade de resposta da administração pública — mediante a criação de plataformas eletrónicas para os procedimentos administrativos — e na contratação pública (por via eletrónica).

A iniciativa +Empresas foi criada para facilitar a criação de novas PME (ver secção «espírito empresarial» para mais detalhes). As linhas de crédito específicas, as medidas no âmbito do IVA de caixa e os benefícios fiscais para os investimentos são exemplos de outras medidas adotadas.

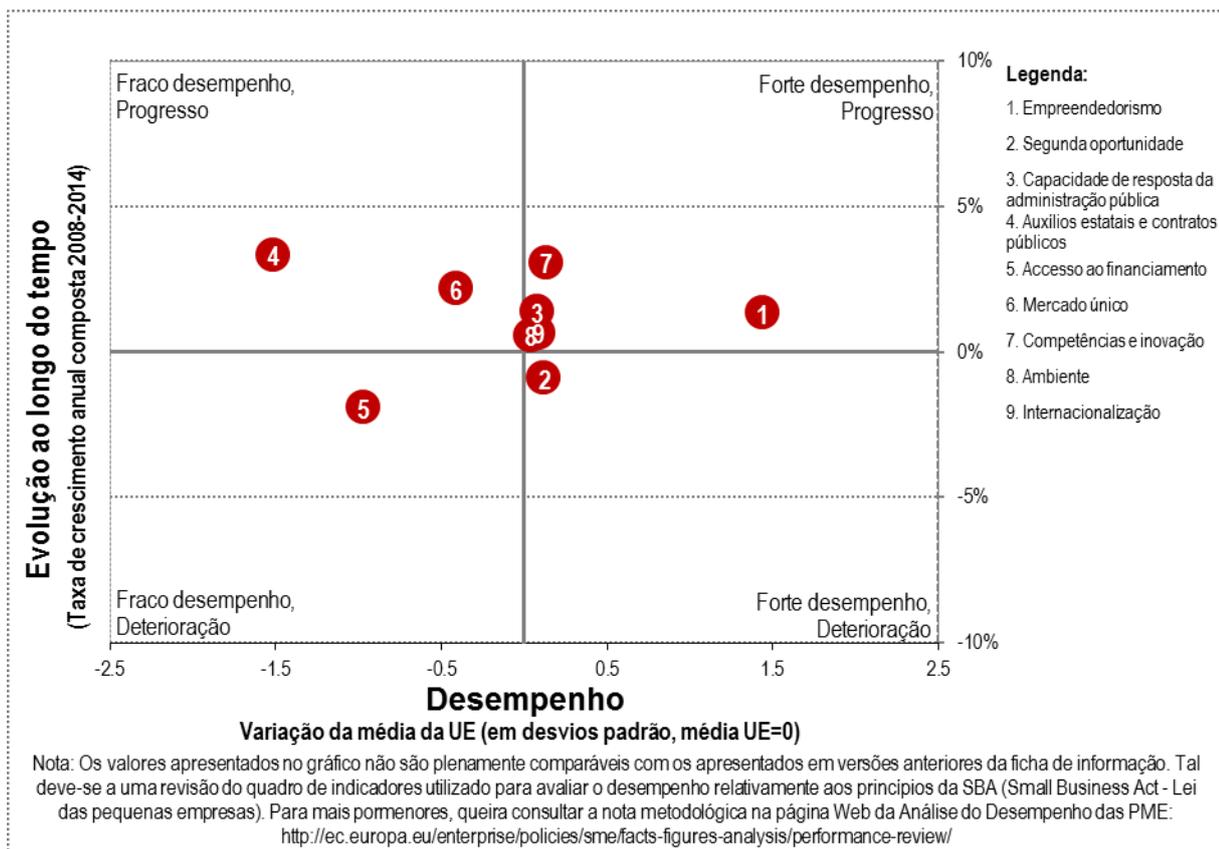
A Estratégia de Fomento Industrial para o Crescimento e o Emprego 2014-2020¹⁵ foi lançada em

novembro de 2013. Os temas abordados e os objetivos fixados nesta estratégia são semelhantes aos do SBA. Abrange nove áreas de grande importância para as PME, que vão da educação e da formação até à competitividade fiscal e à internacionalização.

É de salientar que o Conselho Nacional para o Empreendedorismo e a Inovação (CNEI) constitui um importante órgão consultivo do Governo em matérias relacionadas com a política nacional para o empreendedorismo e para a inovação. Funciona na dependência do membro do Governo responsável pela área da economia, sendo presidido pelo Primeiro-Ministro.

É do conhecimento geral que os principais desafios da economia portuguesa — como a escassez de financiamento e o elevado desemprego — exigem ainda grandes esforços políticos. A Estratégia de Fomento Industrial para o Crescimento e o Emprego põe em destaque as principais áreas de intervenção das políticas destinadas a melhorar as condições para que as PME cresçam e criem emprego e prosperidade em Portugal.

Desempenho SBA de Portugal: situação atual e evolução entre 2008 e 2014¹⁶



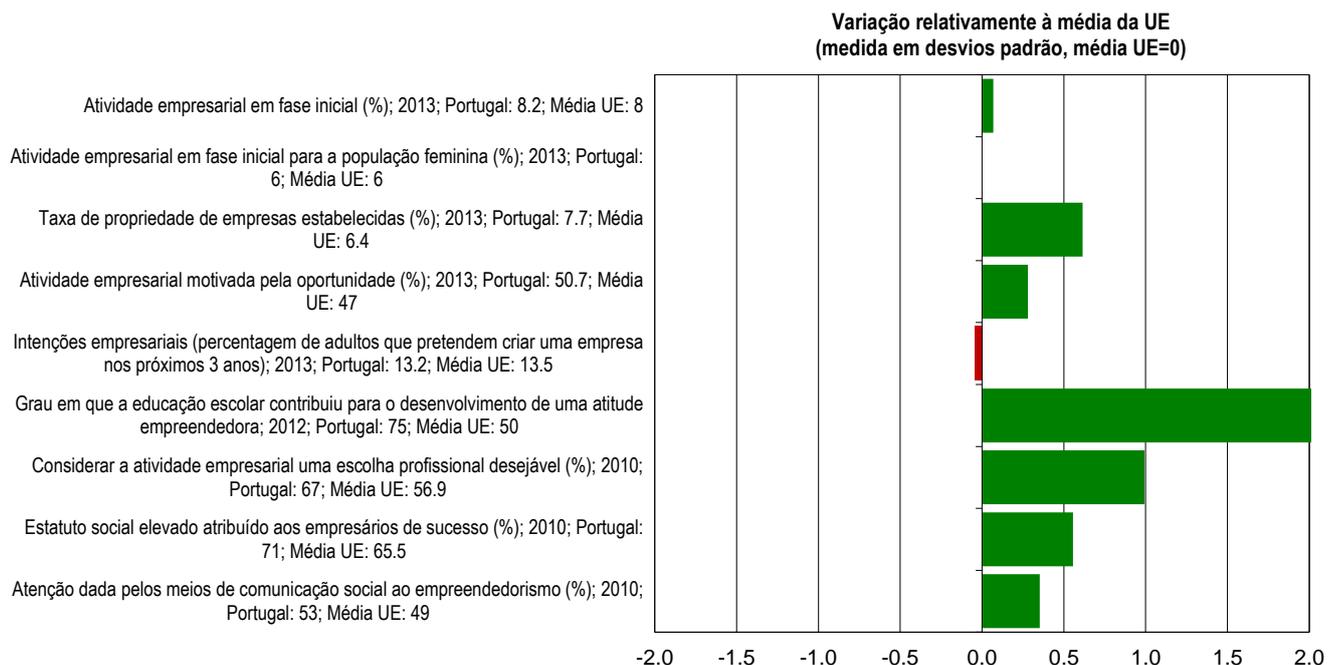
Princípio «*Think small first*»

O princípio «*think small first*» visa garantir que as preocupações das PME sejam levadas em consideração nas principais legislações e políticas nacionais e da UE. Os decisores políticos a todos os níveis deverão consultar as pequenas empresas para ter presentes as suas necessidades e limitações durante todas as fases do processo legislativo e de implementação das políticas. O objetivo é assegurar que a regulamentação não onera desnecessariamente ou excessivamente as PME nem prejudica a sua competitividade. Nos últimos anos, a administração portuguesa tem-se mostrado mais aberta à aplicação do princípio «*think small first*» na legislação e nas políticas nacionais, mas ainda terá de o fazer de forma mais sistemática. Para limitar o fluxo de nova regulamentação, as avaliações de impacto *ex ante* são obrigatórias para as novas propostas legislativas que afetam a competitividade do país e a regra de “*one-in, one-out*” para os atos legislativos deverá ser aplicada. No âmbito desta nova regra, a proposta de um novo regulamento que gere custos para as empresas faz-se obrigatoriamente acompanhar da eliminação de um ou mais atos com custos equivalentes. Em 2013 os progressos realizados na modernização da administração pública passaram pela aplicação do Teste PME, que verifica o impacto dos atos normativos sobre estas empresas. O Teste PME inscreve-se no quadro do Programa Simplificar - programa nacional de modernização, simplificação e desburocratização administrativas. A adoção do Teste PME implica a criação de um grupo de trabalho interministerial, que deve apresentar um roteiro para a sua execução durante o primeiro semestre de 2014. A introdução do teste PME é um dos critérios *ex ante* solicitado pela Comissão Europeia para um país beneficiar dos fundos estruturais. O Governo português mantém consultas regulares com as associações de PME e os denominados Polos de

Competitividade e Tecnologia, mas os intervenientes afirmam que a sua influência no processo de decisão é limitada.

Foram realizados progressos satisfatórios com vista à melhoria do ambiente de negócios. As autoridades estabeleceram uma nova estrutura interministerial para os Assuntos Económicos e do Investimento (RCAEI – reunião de coordenação dos assuntos económicos e do investimento), embora os regimes de licenciamento para o comércio e a indústria ainda não estejam em plena aplicação. Num esforço para reduzir a burocracia, foram introduzidos procedimentos fiscais simplificados para as PME em 2013. O Governo anunciou igualmente a sua intenção de reduzir a burocracia em torno das medidas destinadas a dar apoio fiscal e financeiro às empresas no próximo quadro estratégico. Um inventário da legislação que mais onera as empresas deverá estar pronto antes do final do primeiro semestre de 2014, na sequência da avaliação dos 300 questionários a que estas responderam.

Empreendedorismo



Nota: As barras de dados para a direita indicam um desempenho melhor que o da média da UE e as barras de dados para a esquerda indicam um desempenho mais fraco.

O empreendedorismo tem evoluído constantemente nos últimos anos e é, de longe, a área com melhor desempenho do perfil SBA de Portugal.

O país possui uma cultura empresarial notavelmente positiva: os empresários são admirados, gozando de um elevado estatuto social, e os meios de comunicação social referem frequentemente os casos de sucesso empresarial. Esta situação é reforçada pelo facto de três em cada quatro portugueses — em comparação com apenas metade de todos os europeus — considerarem que os programas de

educação para o desenvolvimento do espírito empresarial nas escolas são eficazes para ajudar os jovens a desenvolver um espírito empreendedor através do ensino de autonomia, de autoconfiança e de capacidade de decisão.

O nível de atividade empresarial corresponde ao da média da UE. Além disso, a qualidade da atividade empresarial é elevada: na sua maioria, os empresários portugueses (51 %) dizem estar motivados por oportunidades identificadas no mercado pelas quais estão dispostos a lutar.

No plano político, o Ministério da Economia está a tentar fomentar a criação de novas empresas através da iniciativa +Empresas — parte do Programa Estratégico para o Empreendedorismo e a Inovação (+e+i) — através do fornecimento de instrumentos de financiamento para as diferentes fases do ciclo de vida das *start-ups*, desde a fase inicial de projeto e o arranque da empresa até ao seu desenvolvimento. A iniciativa inclui apoios mensais para o desenvolvimento de ideias, rede de mentores, vales de empreendedorismo, capital de arranque, incentivos à contratação e sistemas de apoio à inovação. A iniciativa dirige-se também a grupos específicos, como os jovens, os desempregados e os imigrantes.

O «Vale Empreendedorismo», dotado de 15 000 euros, destina-se a ajudar as PME a adquirir serviços de consultoria e de apoio à inovação. Tem como objetivo estimular a inovação e a competitividade, ajudando as PME a aceder a novos mercados, bem como a desenvolver a cooperação com outras empresas e universidades. O vale está disponível para empresas com menos de um ano de existência.

Há ainda medidas de apoio financeiro para as *start-ups*. Estas medidas consistem no reembolso de parcial da taxa social única (TSU) paga por um empregador que contrate um desempregado inscrito nos centros de emprego ou um trabalhador qualificado para trabalhar numa empresa *start-up*.

O “Movimento para o Emprego” visa articular as competências de que as empresas portuguesas necessitam com as disponíveis junto dos jovens desempregados. A medida, desenvolvida no âmbito da iniciativa “Impulso Jovem”, tem um significado especial devido ao elevado nível de desemprego jovem em Portugal.

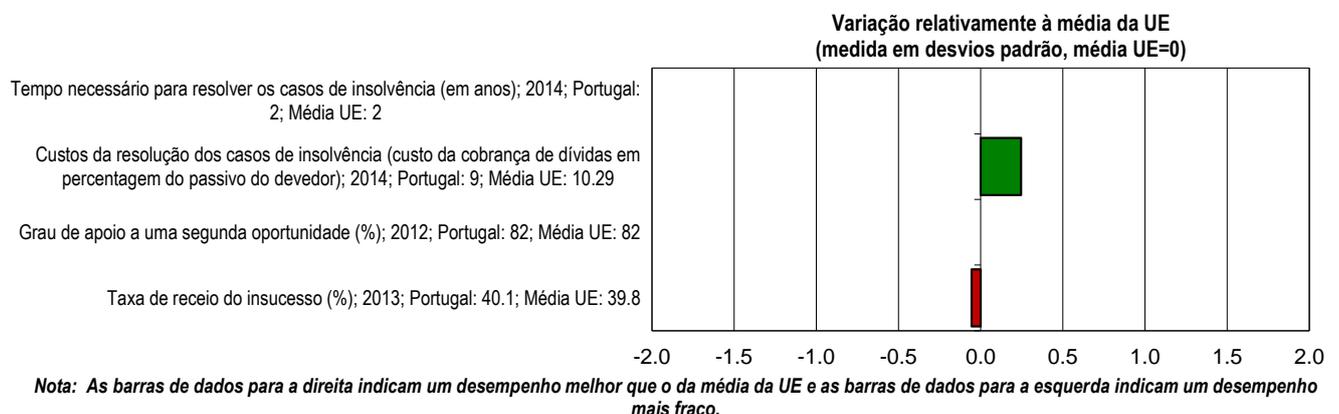
Estímulo 2013 é um novo apoio à contratação que garante apoio financeiro aos empregadores que celebrem um contrato de trabalho que estabeleça a obrigação dos mesmos proporcionarem acesso a formação profissional.

Portugal já apresentou o seu Plano Nacional de Implementação de Uma Garantia para a Juventude. Este programa é composto por seis eixos:

- Informação e gestão;
- Informação e orientação integrada para a qualificação e o emprego;
- Educação e formação;
- Estágios e emprego;
- Parcerias e redes; bem como
- Coordenação e acompanhamento.

A rede nacional de mentores, implementada ao abrigo do programa +e+i, estimula os contactos entre profissionais e empresários que estão a desenvolver as suas ideias e os seus projetos empresariais.

Segunda oportunidade



Portugal tem uma pontuação média quando se trata de dar uma segunda oportunidade aos empresários cujo negócio falhou. As reformas introduzidas nos

últimos anos simplificaram o enquadramento da insolvência graças a uma nova legislação que acelera

os processos de liquidação e permite a resolução extrajudicial de litígios.

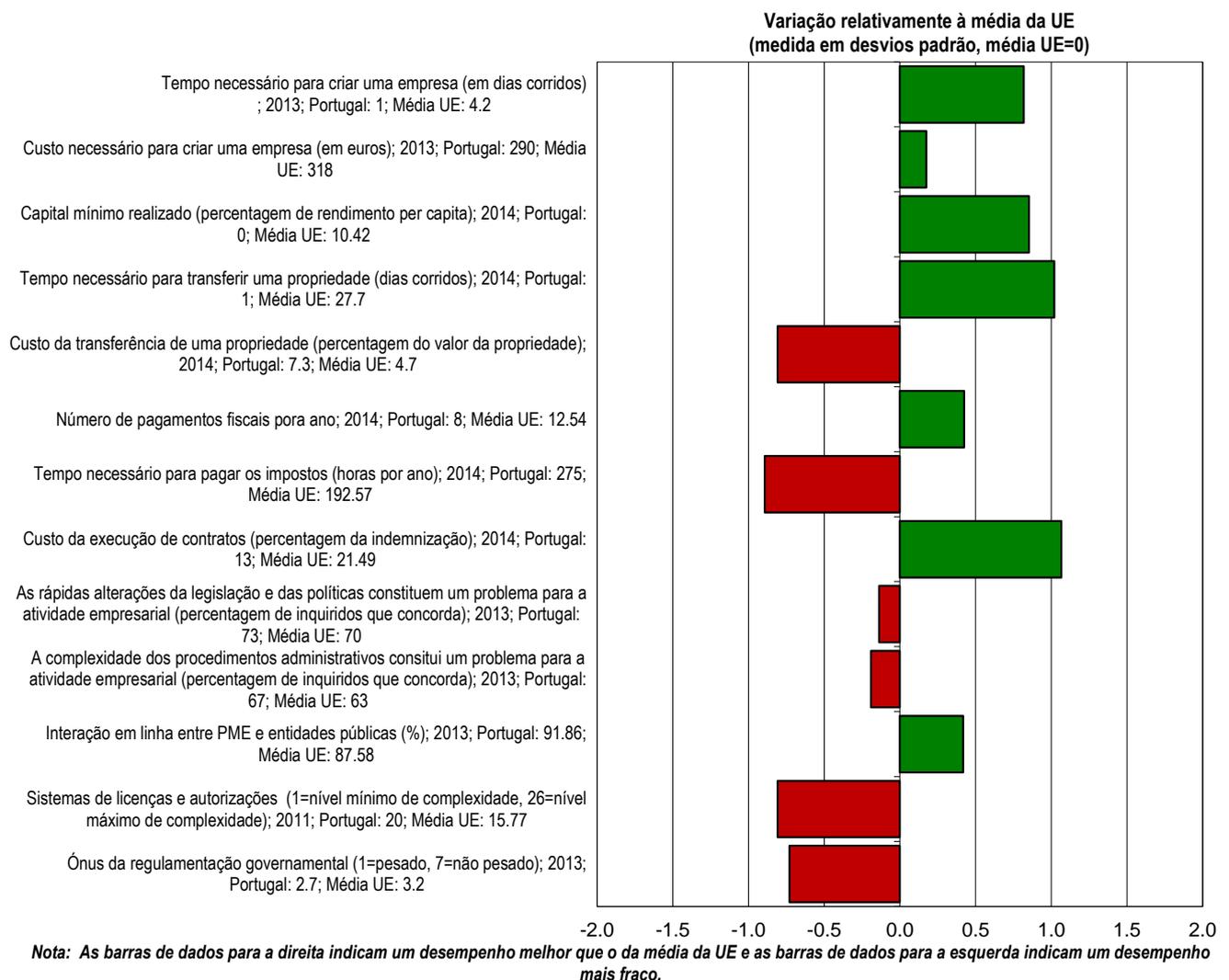
O número das empresas que iniciaram processos de insolvência caiu em 7,6 % em 2013 — a primeira redução em cinco anos. O [Processo Especial de Revitalização](#) — PER — abrangeu 985 empresas, contribuindo, assim, para a redução verificada.

Portugal também continua a oferecer condições favoráveis aos empresários honestos que pretendam cumprir as suas obrigações que, embora tendo falhado no passado, gostariam de recomeçar com uma nova empresa: a mudança no posicionamento

da sociedade perante a insolvência está a reduzir o estigma do insucesso empresarial. Assim, 82 % dos cidadãos concordam que seja dada aos empresários honestos uma segunda oportunidade e que sejam incentivados a aprender com a sua experiência anterior.

No plano das políticas, o Programa Revitalizar constitui uma alternativa à insolvência. Permite que uma empresa ameaçada de insolvência negocie com os seus credores para relançar as suas atividades.

Capacidade de resposta da administração pública



Portugal dispõe de uma administração favorável ao ambiente empresarial e de um modo geral, a sua pontuação global nesta área do SBA está próxima da média da UE.

Hoje em dia, é possível criar uma empresa num só dia, com um custo de cerca de 290 euros e sem quaisquer requisitos de capital. Em 2013, Portugal continuou a simplificar os procedimentos para as *start-ups*, eliminando a obrigação de comunicar ao Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social¹⁷. Além disso, a introdução de um «balcão único» – Balcão do Empreendedor, contribuiu para aumentar o número de empresas registadas em cerca de 17 % e criou sete novos empregos por mês por cada 100000 habitantes¹⁸. Esta é uma prova de que a simplificação do registo das empresas é fundamental para a criação de novas empresas e de emprego.

Existe no entanto, uma grande margem para melhorias. Um inquérito realizado em 2013 constatou que dois terços dos empresários portugueses encaram a complexidade das formalidades administrativas e a falta de estabilidade e previsibilidade do enquadramento legislativo como problemas para o desenvolvimento dos negócios.

O país registou igualmente alguns progressos na simplificação do enquadramento da contratação de trabalhadores. Eliminaram-se as regras prioritárias que se aplicavam aos despedimentos por extinção de trabalho e o suplemento pago pelas horas extraordinárias passou de 100 % para 50 %.

Outros indicadores importantes para a atividade empresarial — incluindo a carga fiscal, o tempo necessário para a transmissão da propriedade e o custo do cumprimento das cláusulas contratuais — estão acima da média da UE. Em contrapartida, o

custo de transmissão da propriedade é quase o dobro da média da UE e o tempo necessário para preparar as declarações fiscais teria de ser reduzido em, pelo menos, um terço para corresponder à média da UE.

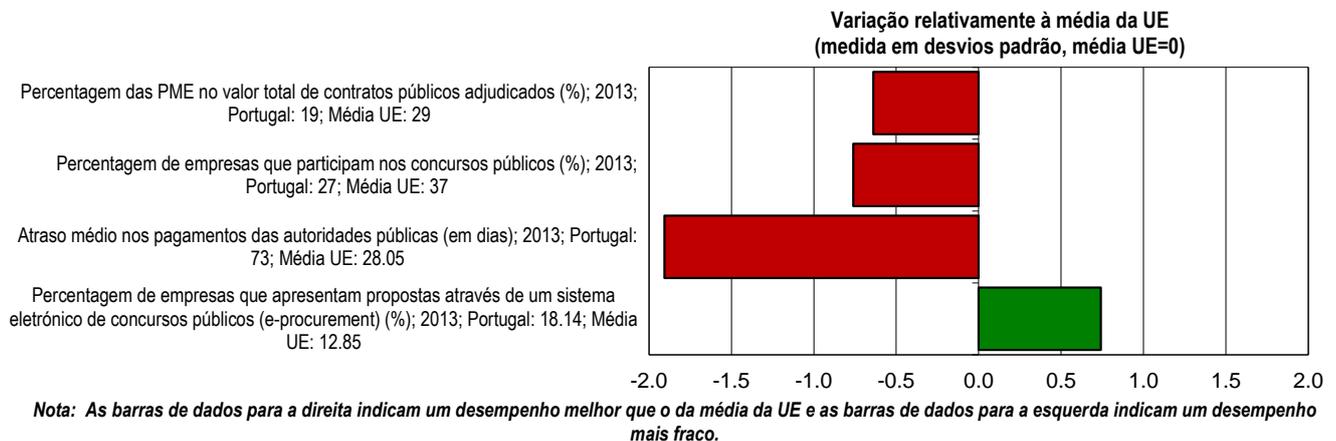
A reforma do IRC - imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas – de 2014 prevê um regime simplificado para as PME, bem como uma simplificação do processo de pagamento do imposto sobre as sociedades. A importante liberalização do setor do comércio retalhista no primeiro trimestre de 2014 eliminou taxas municipais e desregulamentou os saldos e os horários de funcionamento dos estabelecimentos. Além disso, eliminou todos os processos de licenciamento, de modo que os retalhistas que queiram abrir ou fechar uma empresa apenas têm agora de informar as autoridades.

O «licenciamento zero», o «sistema da indústria responsável», e as «zonas empresariais responsáveis» continuam a ser aplicados.

O «licenciamento zero» de Portugal faz parte do programa de simplificação para as empresas, com o objetivo de aligeirar os encargos administrativos das empresas e do público em geral. Suprime a exigência de licenças, autorizações e outra documentação, substituindo-as por controlos e inspeções reforçados. Além disso, reforça o sistema de «balcão do empreendedor» para tratar de todas as formalidades. O «sistema da indústria responsável» adota a mesma abordagem relativamente às indústrias com menor risco ambiental.

No entanto, Portugal continua a ter um sistema de concessão de licenças altamente complexo, oneroso, ineficaz e moroso. Esta é claramente a área com maior margem de simplificação no futuro.

Apoios estatais e contratação pública



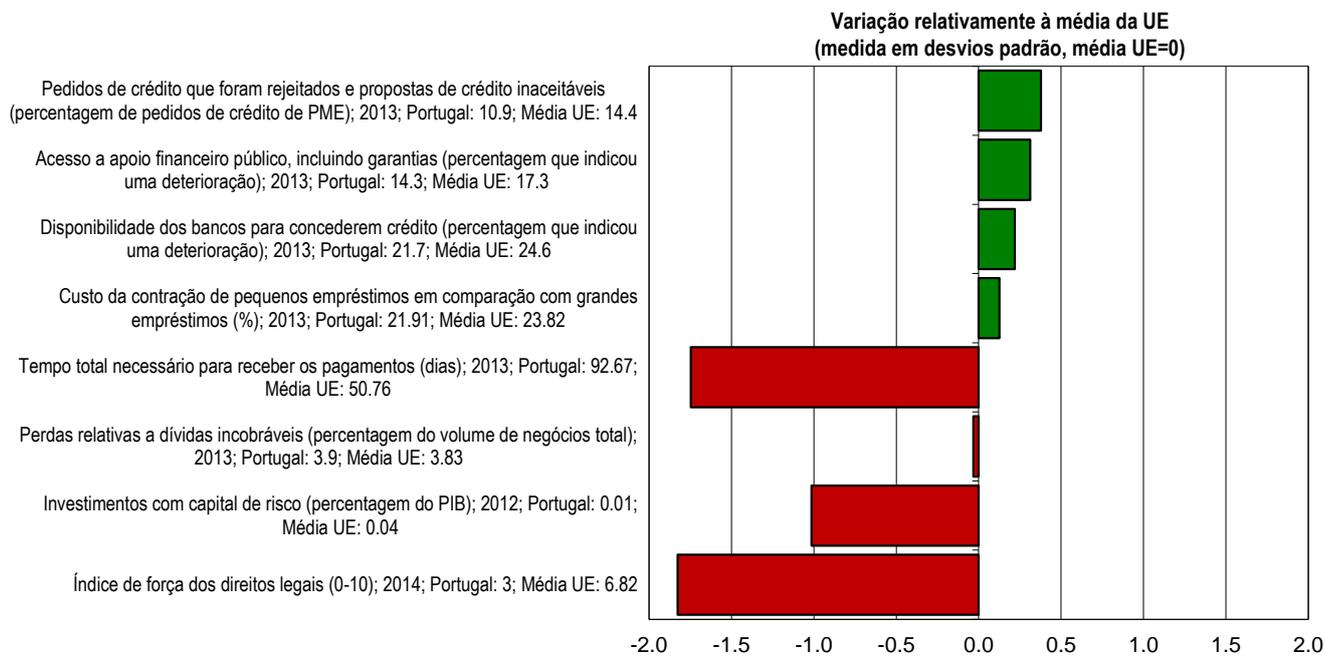
A área dos apoios estatais e contratação pública representa um dos eixos com pior desempenho do SBA de Portugal, estando o país a uma distância considerável dos seus pares da UE.

A percentagem (em valor) dos contratos públicos adjudicados em 2013 às PME — 19 % — não foi superior à de 2008 e ficou muito aquém da média de 29 % que se verifica na UE. Uma das possíveis razões é que a percentagem de empresas portuguesas que participa nestes concursos é também ela muito mais reduzida — 27 %, contra a média de 37 % na UE. O lado positivo é a boa utilização que as PME fazem de plataformas eletrónicas de contratação pública, facilitando-lhes o acesso aos concursos.

O problema mais importante e persistente para as PME portuguesas, em comparação com as suas homólogas em toda a UE, reside no tempo que demora à administração pública pagar aos seus fornecedores. Em 2013, as autoridades demoraram em média, mais 73 dias que o previsto nos contratos.

Contudo, em maio de 2014, Portugal transpôs para o direito nacional a diretiva da UE relativa aos atrasos de pagamentos de 2011, que estabelece um quadro jurídico para combater os pagamentos em atraso e proceder à cobrança de créditos. As autoridades públicas terão agora 30 dias e as empresas 60 dias para proceder ao pagamento de bens e serviços. O desrespeito do prazo de pagamento das faturas será punido com o pagamento de juros e o reembolso na íntegra dos custos do processo de cobrança.

Acesso ao financiamento



Nota: As barras de dados para a direita indicam um desempenho melhor que o da média da UE e as barras de dados para a esquerda indicam um desempenho mais fraco.

As restrições no acesso ao crédito continuam a ser um dos principais problemas com que se confrontam as PME em Portugal, mas após vários anos muito difíceis, as condições do crédito começaram a melhorar em 2013. No final de 2013, os níveis de concessão de crédito começaram a aumentar ligeiramente e as taxas de juro médias dos novos créditos a sociedades não financeiras baixaram.¹⁹ A percentagem de empréstimos rejeitados declinou marcadamente de 27 % em 2012, para 11 % em 2013. Além disso, um menor número de empresários portugueses comunicou uma diminuição da disponibilidade dos bancos para emprestar ou no acesso a apoio financeiro público, incluindo garantias. No entanto, os níveis das taxas de juro para os novos empréstimos bancários mostram que as PME portuguesas continuam a confrontar-se com condições de financiamento mais severas do que os seus pares na maioria dos outros países da área do euro. Por exemplo, os diferenciais das taxas de juro relativas a novos empréstimos concedidos a sociedades não financeiras em Portugal são cerca de duas vezes mais elevados do que a média da área do euro. As taxas de juro portuguesas de novos

empréstimos de valor até um milhão de euros situaram-se numa média de 6,4 % em 2013, muito mais elevada do que a média da área do euro que é de 3,8 %.

No que diz respeito aos pagamentos, o tempo médio de espera das PME portuguesas de 93 dias ainda é quase o dobro da média da UE, que se situa em 51, mas espera-se que a recente transposição da diretiva sobre pagamentos em atraso venha melhorar a situação.

Dada a persistência de elevados custos de financiamento das empresas portuguesas, foi lançado recentemente um conjunto de medidas de política que visam melhorar o acesso das PME ao financiamento.

Foram lançadas várias linhas de crédito num montante total de cerca de 5 mil milhões de euros. As empresas portuguesas já utilizaram cerca de 2 mil milhões de euros, estando 500 mil milhões de euros em vias de ser distribuídos e 2,5 mil milhões de euros estão ainda disponíveis.

Para além destes incentivos destinados a encorajar o lançamento de novas empresas, o acesso ao financiamento foi facilitado pelo Governo, que deu instruções à Caixa Geral de Depósitos (CGD), detida

a 100% pelo Estado Português, para que disponibilizasse mais de mil milhões de euros em 2013 e mais de 2,5 mil milhões de euros em 2014 para financiar as empresas. Esta medida precedeu a anunciada criação de uma Instituição Financeira de Desenvolvimento, a fim de promover o crescimento e o emprego, o desenvolvimento inteligente, sustentável e inclusivo, e a competitividade e internacionalização das empresas portuguesas.

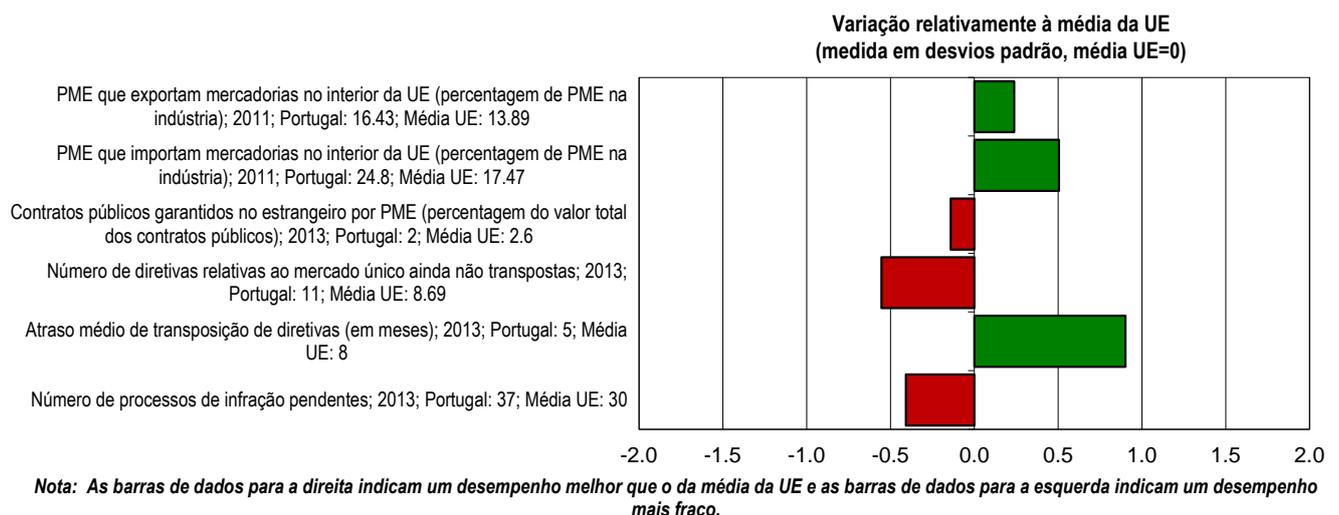
O Governo procura também promover os investimentos produtivos através de incentivos fiscais, para o que adotou algumas medidas de «fiscalidade justa», como é o caso do IVA de Caixa (para acelerar o pagamento do IVA às PME) e da rápida resolução das dívidas da administração pública às PME. Esta medida estabelece um sistema negociado com o setor bancário, sobretudo com a CGD, e abarca todos os serviços públicos. Melhorará a situação dos fluxos de caixa ao permitir uma amortização acelerada dos ativos, a redução dos prazos de pagamento das declarações fiscais, o financiamento do capital de exploração, e a disponibilização de orientações na gestão dos fluxos de caixa.

Além disso, foram criados três fundos de capital de risco (Fundos Revitalizar) para promover o crescimento e a expansão das PME, o desenvolvimento de novos produtos e/ou serviços, processos de internacionalização e aumento de exportações. Os fundos são organizados e geridos numa base regional por entidades empresariais (Explorer Investments – Região Norte, Oxy Capital – Região Centro e Capital Criativo – Regiões de Lisboa, Alentejo e Algarve) e dispõem de um orçamento global de 220 milhões de euros.

Foram também introduzidas medidas para garantir que a tributação dos lucros das empresas incentive o investimento. Entre essas medidas encontra-se o Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento.

No primeiro trimestre de 2014, foi introduzido um novo regime fiscal de emissão de papel comercial de curto prazo. Este regime ajudará as PME a diversificar as suas fontes de financiamento, pela flexibilização das exigências sobre as sociedades emitentes de papel comercial.

Mercado Único



O desempenho global de Portugal no domínio do mercado único tem acompanhado o da UE.

Mais de 16 % das PME no setor da indústria transformadora afirmam exportar mercadorias dentro do mercado único, um nível ligeiramente acima da média da UE. (Não estão disponíveis estatísticas

sobre o comércio de serviços por dimensão de empresa).

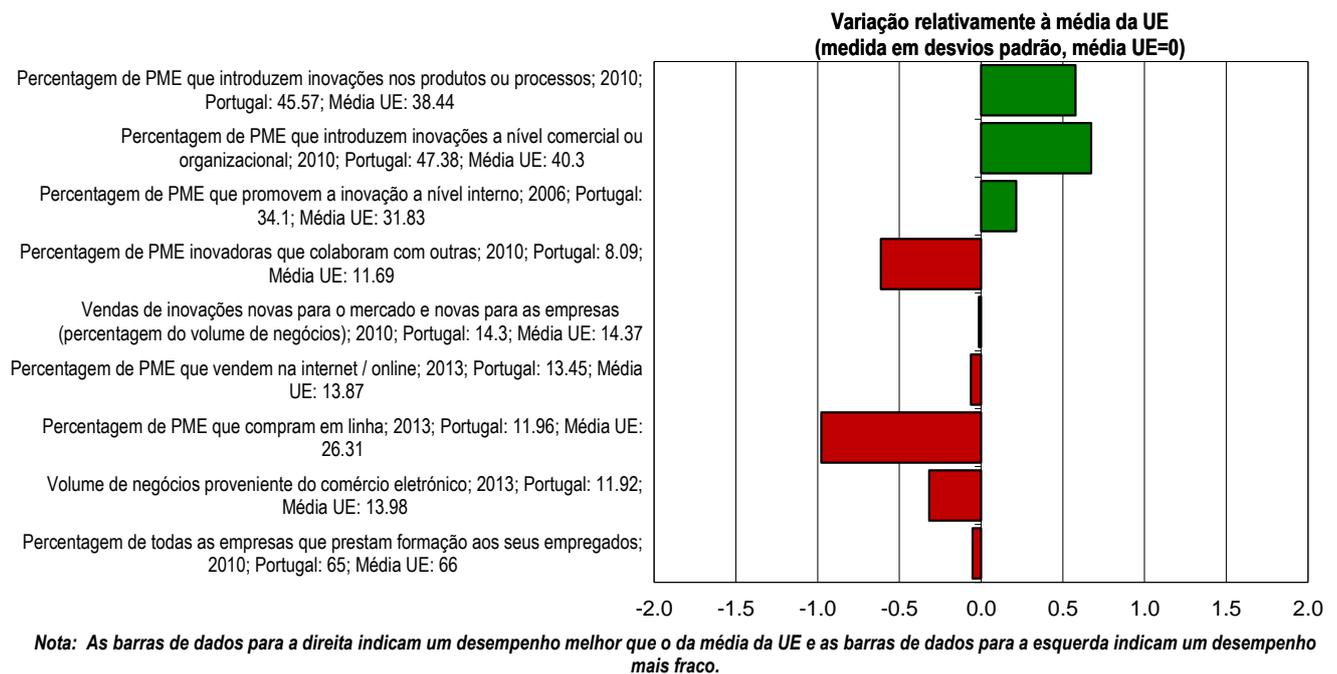
Menos positivo é o facto de Portugal apresentar um desempenho ligeiramente aquém da média da UE na transposição para o direito nacional da legislação do mercado interno. Portugal tem mais diretivas do

mercado único à espera de transposição e mais processos por infração pendentes por presunção de não-conformidade com a legislação aplicável ou com as regras do mercado único.

Ao mesmo tempo, a demora média de transposição de diretivas em atraso em Portugal, é três meses inferior à da média da UE.

Não foram comunicadas ações significativas de políticas públicas em 2013.

Competências e Inovação



O resultado global no domínio das competências e da inovação está igualmente em sintonia com a média da UE, mas os indicadores mostram desempenhos divergentes.

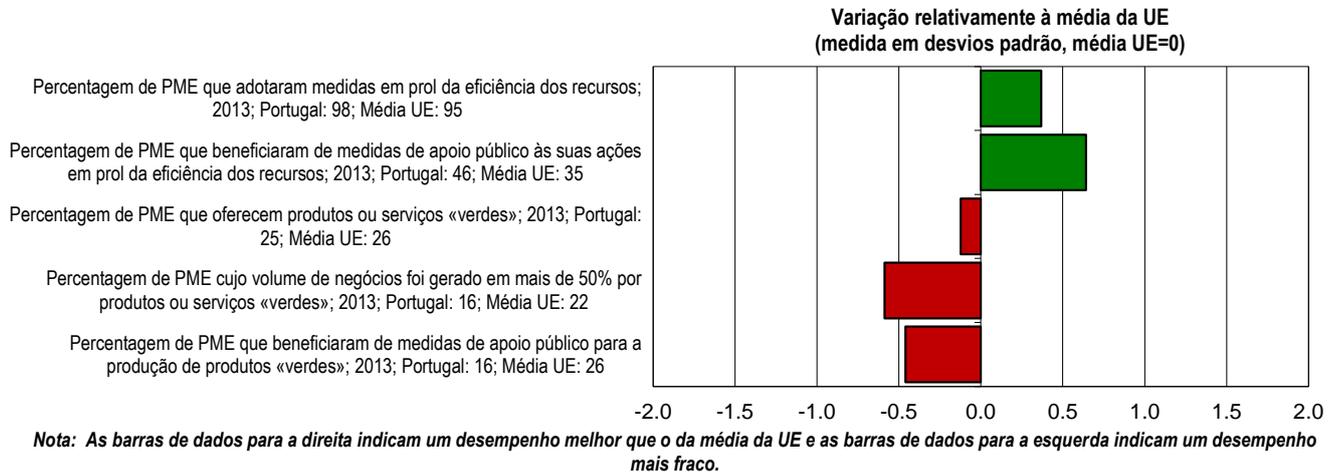
Em geral, as PME portuguesas parecem mais dispostas do que as suas homólogas da UE a introduzir inovações nos seus produtos, processos, na sua comercialização ou organização. São também mais suscetíveis de produzir essas inovações graças à investigação interna. Ao mesmo tempo porém, são menos adeptas de adquirir ou vender produtos ou serviços na internet: só 12 % do volume de negócios das empresas decorre do comércio eletrónico.

Ao nível de políticas, uma nova medida prevê o financiamento de programas de doutoramentos em contexto empresarial, com base na colaboração entre, pelo menos uma universidade ou instituto de I&D de Portugal e uma empresa com uma atividade de I&D significativa. Através deste programa, a

Fundação para a Ciência e a Tecnologia visa promover formações de pós-graduação com base na excelência científica e ajudar a estabelecer uma estreita colaboração entre universidades, empresas e unidades de I&D. De salientar ainda o SIFIDE II (Sistema de Incentivos Fiscais à I&D Empresarial) e as alterações introduzidas no Fundo de Apoio à Inovação (FAI).

Prossegue a implementação da Agenda Portugal Digital. O objetivo é reforçar a utilização das tecnologias da informação e comunicação (TIC) e o desenvolvimento da economia digital, particularmente nas PME. O desenvolvimento da infraestrutura de banda larga, a criação de condições para desenvolvimento do comércio eletrónico pelas empresas e a utilização dos serviços públicos online, bem como a expansão das exportações em TIC são alguns dos objetivos da Agenda Portugal Digital.

Ambiente



Globalmente, Portugal está novamente em sintonia com a média da UE, mas o seu desempenho é maior na eficiência de utilização dos recursos do que em matéria de eco inovação e de produtos verdes.

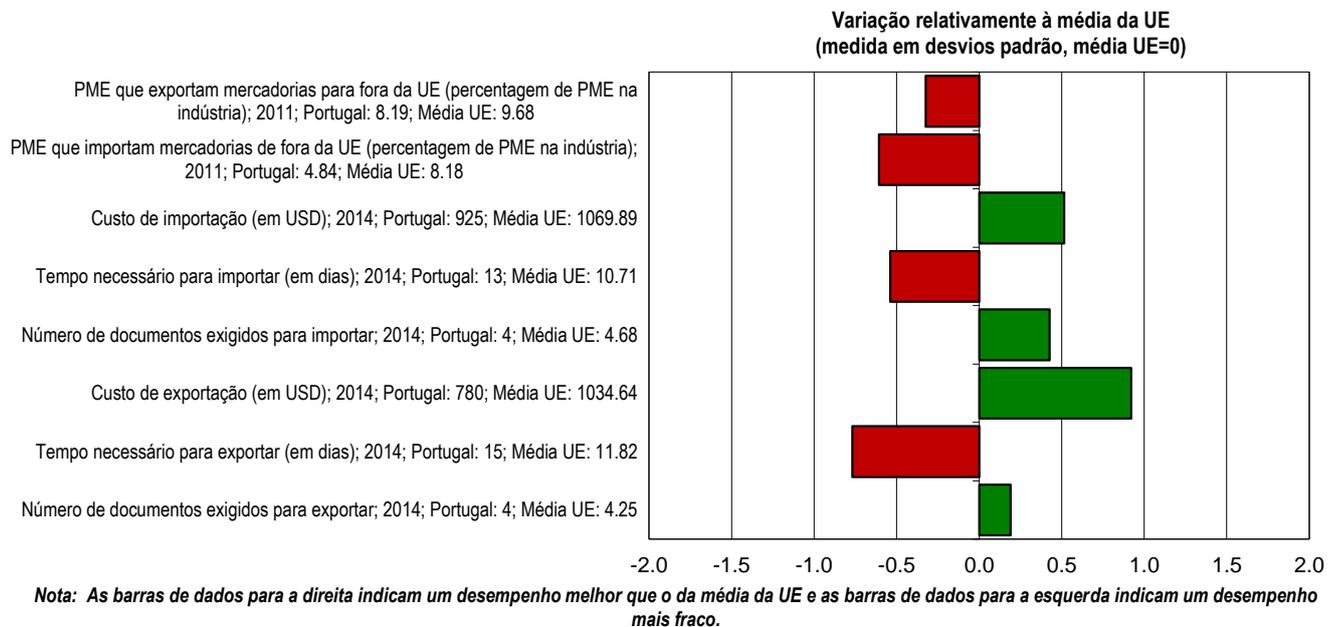
A grande maioria (98 %) das PME portuguesas declara ter tomado medidas para utilizar os recursos de forma mais eficiente e cerca de metade delas recebeu apoio do setor público para tal.

Por outro lado, só um quarto das PME tem atividade no fornecimento de produtos e serviços ecológicos, e só 16 % receberam ajuda pública para este fim.

Em 2013 foram lançados planos de ação nacionais para a eficiência energética (em vigor até 2016) e as energias renováveis (até 2020). Estes planos terão de ser concretizados e desenvolvidos com medidas específicas nos próximos anos.

Portugal está atualmente a desenvolver uma reforma fiscal no domínio do ambiente com o objetivo de conciliar o crescimento económico sustentável e a proteção do ambiente. Uma comissão independente elaborou as principais orientações para a reforma no primeiro trimestre de 2014 e um relatório final com recomendações formais para apresentar ao Governo no final do primeiro semestre de 2014.

Internacionalização



Também nesta área o desempenho geral de Portugal coincide com a média da UE. Comparativamente, o país oferece boas condições para o comércio com países fora da UE, por exemplo através de procedimentos menos onerosos e burocráticos — embora mais lentos.

Por outro lado, a participação das PME no comércio de mercadorias com países que não pertencem à UE está ligeiramente abaixo da média. (Não estão disponíveis estatísticas sobre o comércio de serviços das PME).

Prevê-se que as exportações totais mantenham a sua tendência crescente entre 2011 e 2013, com um aumento do excedente comercial devido à recuperação da procura externa. Contudo, não é provável que as exportações retomem a taxas de crescimento observadas antes da crise financeira.²⁰

Em 2013, foram implementadas pela agência responsável procedimentos para simplificar a

obtenção do certificado de exportação e acelerar o reembolso do IVA das empresas exportadoras. Para além de reduzir os custos administrativos, o tempo médio de emissão dos certificados foi reduzido de 42 para 4 dias.

Desde o início de 2014 que os direitos ainda aplicados às operações de exportação nos portos foram completamente abolidos.

Portugal tem um programa de formação para empresas que pretendam criar ou fortalecer a sua internacionalização ou atividade exportadora. Além disso, no âmbito da iniciativa «novos exportadores» as empresas têm acesso a consultoria especializada e personalizada, bem como a formação adequada para desenvolver um plano comercial internacional, ajudando-as assim a entrar no mercado dos EUA, por exemplo.

3. Boas práticas

Apresenta-se, de seguida, um exemplo de boas práticas em Portugal, evidenciando o que pode ser feito por parte dos governos no sentido de apoiar as PME:

Linha de Crédito PME Crescimento

Esta linha de crédito existe desde junho de 2013, com um orçamento total de 2 mil milhões de euros e inclui duas linhas específicas: «Micro e Pequenas Empresas», com 400 milhões de euros e «Geral», com 1,6 mil milhões de euros, dos quais 700 milhões de euros atribuídos a investimentos de cariz generalizado e 900 milhões de euros de cariz específico a empresas exportadoras. Esta iniciativa diz respeito a empréstimos de médio e longo prazo, bens imobiliários e locação de equipamento. As operações apoiadas pela Linha de Crédito PME Crescimento beneficiam de uma garantia mútua que cobre 50 % do valor de cada financiamento, com exceção das abrangidas pela linha específica Micro e Pequenas Empresas que cobre 75 %.

Operações elegíveis:

- Novos investimentos em ativos fixos corpóreos ou incorpóreos (a realizar durante seis meses após a data de contratação);
- Reforço do fundo de maneiio ou dos capitais permanentes;
- Até 30 % do empréstimo para liquidar dívidas contraídas para com o sistema financeiro nos três meses anteriores à data da contratação da operação e destinados exclusivamente à regularização de dívidas em atraso à Administração Fiscal e à Segurança Social.

Dada a situação económica em Portugal, a medida teve um grande impacto nas PME:

- Montante total do financiamento: 1,6 mil milhões de euros;
- Número de transações: 17 600;
- Número de empresas que beneficiaram do apoio: 16 000;
- Número de postos de trabalho preservados ou criados: 284 000.

A Linha de Crédito PME Crescimento aplica diretamente o princípio do SBA de acesso ao financiamento e capacita as PME no sentido de potenciarem as suas capacidades de internacionalização, competência e inovação.

O Ministro da Economia anunciou recentemente que esta medida seria renovada em 2014.

Referências: <http://www.pmeinvestimentos.pt/finova/linha-pme-crescimento.html>

http://www.pmeinvestimentos.s14.projects.com.pt/xms/files/02_Linhas_de_Creditos/PME_CRESCIMENTO_2014_Documento_de_Divulgacao.pdf<http://www.iapmei.pt/iapmei-art-03.php?id=2821>

Observações importantes

As fichas informativas do «Small Business Act» (SBA) são elaboradas pela DG Empresas e Indústria da Comissão Europeia, no âmbito da Análise do Desempenho das PME, que constitui o principal exercício de análise económica das questões relativas às PME. Reúnem as estatísticas e informações políticas mais recentes dos 28 Estados-Membros, bem como de 9 países terceiros que contribuem igualmente para o Programa-Quadro para a Competitividade e a Inovação (PCI) da UE. Elaboradas anualmente, ajudam a organizar as informações disponíveis para facilitar a avaliação das políticas relativas às PME e monitorizar a execução do SBA. As fichas informativas SBA apresentam a situação dos países, bem como os respetivos progressos registados. Não pretendem avaliar as políticas dos Estados-Membros, constituindo antes, uma fonte de informação adicional no sentido de melhorar a tomada de decisões políticas e sua fundamentação.

As fichas informativas apenas referem as medidas políticas consideradas relevantes pelos especialistas locais em políticas relativas às PME, não refletindo todas as medidas tomadas pelo Governo durante o período de referência. Estão disponíveis mais informações sobre as várias políticas numa base de dados acessível a partir do sítio na Internet sobre a Análise do Desempenho das PME. Devem igualmente ser consultadas as notas finais no verso.

Para mais informações:

Análise do Desempenho das PME:

http://ec.europa.eu/enterprise/policies/sme/facts-figures-analysis/performance-review/index_en.htm

«Small Business Act»:

http://ec.europa.eu/enterprise/policies/sme/small-business-act/index_en.htm

Portal Europeu das Pequenas Empresas:

http://ec.europa.eu/small-business/index_en.htm

Contacto: Entr-SPR@ec.europa.eu

¹ As fichas informativas SBA de 2013 beneficiaram substancialmente de contributos do Centro Comum de Investigação da Comissão Europeia (CCI) em Ispra. O CCI introduziu grandes melhorias na abordagem metodológica, nos trabalhos de estatística sobre o conjunto de dados e na apresentação visual dos dados.

² Cálculos com base no PIB em euros, AMECO, http://ec.europa.eu/economy_finance/ameco/user/serie/SelectSerie.cfm (última atualização, 25 de fevereiro de 2014).

³ Declaração da CE, do BCE e do FMI, na 10.^a missão a Portugal (<http://www.imf.org/external/np/sec/pr/2013/pr13512.htm>; dados de 14.2.2014).

⁴ Síntese de execução orçamentais pela DGO, dezembro de 2013 (<http://www.dgo.pt/execucaoorcamental/Paginas/Sintese-da-Execucao-Orcamental-Mensal.aspx?Ano=2014&Mes=Janeiro>; dados de 14.2.2014).

⁵ Indicadores de conjuntura do Banco de Portugal, Janeiro de 2014 (http://www.bportugal.pt/pt-PT/EstudosEconomicos/Publicacoes/IndicadoresConjuntura/Publicacoes/ind_jan_14_p.pdf ; dados de 14.2.2014).

⁶ http://www.iefp.pt/apoios/candidatos/CriacaoEmpregoEmpresa/Documents/Apoios_Criacao_Empresas/Ficha_Sintese_Apoios_Criacao_de_Empresas.pdf; dados de 14.2.2014.

⁷ http://www.portugal.gov.pt/media/1180815/201308_%20rel%20gt%20custos%20contexto%20hotelaria%20restauracao.pdf; dados de 14.2.2014.

⁸ Barómetro Empresarial Informa D&B, janeiro de 2014 (http://www.informadb.pt/biblioteca/ficheiros/44_estudobarometroanual.pdf?utm_source=flipbook&utm_medium=link&utm_campaign=flipbook201401; dados de 14.2.2014).

⁹ Ibid.

¹⁰ Estudo Anual Insolvências COSEC 2013 (http://www.cosec.pt/downloads/file106_pt.pdf ; dados de 14.2.2014).

¹¹ Ibid.

¹² Boletim de Inverno do Banco de Portugal (http://www.bportugal.pt/pt-PT/EstudosEconomicos/Publicacoes/BoletimEconomico/Publicacoes/BOL_inverno_2013.pdf), dados de 14.2.2014.

¹³ Os três gráficos seguintes apresentam as tendências evolutivas para as variáveis. Consistem em valores de índice para 2008 até 2015, com o ano de base de 2008 ao valor de 100. A partir de 2012, os gráficos apresentam as estimativas para a evolução ao longo do tempo, produzidas por DIW Econ, com base em 11 valores de 2008 da *Structural Business Statistics Database* (Eurostat). Os dados abrangem a «economia das empresas», o que inclui a indústria, a construção, o comércio e os serviços (NACE Rev. 2 seções B to J, L, M e N). Não abrangem as empresas no setor financeiro, agrícola, florestal e das pescas nem os setores dos serviços essencialmente não mercantis, como a educação e a saúde. A metodologia pormenorizada pode ser consultada em: http://ec.europa.eu/enterprise/policies/sme/facts-figures-analysis/performance-review/index_en.htm.

¹⁴ As medidas políticas apresentadas na presente ficha informativa SBA representam apenas uma seleção das medidas tomadas pelo Governo em 2013 e no primeiro trimestre de 2014. A seleção foi efetuada pelo perito nacional em matéria de PME contratado pela CARSA Espanha (contratante principal da DG Empresa para as fichas informativas SBA de 2014). Os peritos foram convidados a selecionar apenas as medidas que, em sua opinião, eram as mais importantes, ou seja, aquelas que deveriam ter o maior impacto na área específica do SBA. O conjunto completo de medidas que os peritos reuniram para a elaboração das fichas informativas deste ano será publicada juntamente com as fichas informativas, sob a forma de uma base de dados no sítio Web da DG Empresa.

¹⁵ <http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-da-economia-e-do-emprego/documentos-oficiais/20131107-me-efice.aspx>

¹⁶ O gráfico combina dois conjuntos de informações. Primeiro, apresenta o estado atual do desempenho com base nos dados para os últimos anos disponíveis. Estas informações são representadas ao longo do eixo X medidas em desvios padrão da média aritmética simples e não ponderada dos 28 estados membros da UE. Segundo, revela a evolução ao longo do tempo, isto é, as taxas médias de crescimento anual para o período de 2008 a 2014. As taxas de crescimento são medidas pelos indicadores individuais que constituem as médias das diferentes áreas do SBA. Assim, a localização de uma determinada média de uma área do SBA em qualquer um dos quatro quadrantes não só fornece informações sobre a situação do país nesta área do SBA face ao resto da UE numa determinada data, mas também mostra os progressos realizados entre 2008 e 2014.

¹⁷ <http://www.doingbusiness.org/reforms/overview/economy/portugal>

¹⁸ Branstetter *et al.* 2013

¹⁹ *Ibid.*

²⁰ *Ibid.*